

Esse processo interessa a todos nós

AFPEB – Associação dos Funcionários Públicos do Estado da Bahia

A AFPEB impetrou ação ordinária (sob o nº 14002922624-2, na 7ª Vara da Fazenda Pública), em fevereiro de 2002, contra o Estado, visando a incorporação dos 11,98% para os seus filiados. De lá pra cá, ocorreram decisões favoráveis e recursos do governo, que prolongaram o debate. O processo é vitorioso, atualmente está baixa definitiva nas instâncias competentes da Justiça. O Governo da Bahia justifica a protelação da negociação à necessidade de aguardar confirmação da decisão de ação judicial de igual teor do Estado do Rio Grande do Norte.

Esse é o processo que originou o Movimento pela Negociação da URV, por sua amplitude de representação no funcionalismo público entre os Associados à AFPEB, mas que pelo princípio da isonomia e paridade será ampliado para todos.

Sendo assim, foram feitas mobilizações: Participação no cortejo do 2 de julho; passeata no centro da cidade, no dia 16/08; no dia, 26/09, houve concentração na Governadoria, quando os representantes foram recebidos pela Coordenação de Articulação Social e pela chefia do gabinete do Secretário



e saíram com a promessa de que se constituísse uma comissão para estudar o assunto até o dia 30/09, fato não honrado; nos dias 03 e 21/10, ocorreram novas mobilizações no Centro Administrativo da Bahia.

Como resultado das mobilizações, o Governo retomou as negociações, quando no dia 30/10, o Secretário da Administração, Manoel Vitorio e o Procurador Geral do Estado se reúne com representação do movimento.

O Movimento em Defesa do Direito à URV é de todos os servidores. Dessa forma, torna-se imperativo o acompanhamento de suas atividades, orientar-se pelas entidades representativas, evitar a divulgação de boatos e ter disponibilidade para lutar. A luta pelo reconhecimento do direito à URV é questão de justiça para os trabalhadores do executivo do Estado da Bahia.

EXPEDIENTE

Jornal Movimento pela Negociação da URV. Responsáveis: AFPEB, FETRAB e demais entidades que compõem o movimento: AGEPOL, APLB, APPM, ASBAC, ASCON, ASDERBA, ASFI, ASMOEB, ASPOL, Funcionários da Fundação Cultural, SBS, SINDETRAN, SINFARMA, SINDIMED, SINDPOC, SINDSAÚDE, SINDSEFAZ, SINSPEB, SINTAGRI, SINTERP, SUP. Textos: Armando Campos, Emanuel Rodrigues e Marinalva Nunes. Arte: Emanuel Rodrigues - Tiragem 20 mil exemplares



movimento pela negociação da URV

Informativo do Movimento pela Negociação da URV - Ano I - nº 1 - dezembro 2008

Mobilizar e lutar: URV já!

Nos tumultuados anos 80, quando altos índices de inflação assombravam os economistas, políticos, empresários e, sobretudo, o povo brasileiro, que sofria ao ter o fruto do seu suor laboral corroido. Assim, em 1989, autoridades do sistema financeiro internacional se reuniram com a finalidade de tentar por um fim ao ciclo hiperinflacionário e, a partir daí, criaram regras para serem aplicadas na América Latina. Esse conjunto de idéias ficou conhecido como Consenso de Washington.

As regras para conter a inflação eram duríssimas para a população, pois previam cortes nos gastos sociais, arrocho fiscal e foram implementadas através do olhar neoliberal da economia, que era a ideologia concebida pelos governos capitalistas centrais, inicialmente, Reagan, nos EUA, e Thatcher, no Reino Unido, incluindo os seus sucessores. Aqui na América Latina testado com "êxito" no Chile de Pinochet.

No Brasil, já no início dos anos 90, ocasião do Governo Itamar Franco, a solução concebida e implementada foi batizada de Plano Real. No processo, após a execução dos 10 passos do Consenso de Washington, o ponto culminante foi a Lei que determinou a conversão dos salários, que eram pagos



URV e Plano de Carreira, bandeiras que unificam o funcionalismo

em Unidade Real de Valor, a URV, para o Real, a nova moeda.

Na Bahia, assim como em outros estados, a conversão, como efeito colateral, que devia ser corrigido na distribuição dos antigos 10 lotes, mas que resultou numa perda de 11,98%, nos vencimentos dos servidores públicos do Estado, de abril de 1994 para cá. Durante todo esse tempo, os trabalhadores reivindicaram que essa distorção fosse corrigida, oferecendo-se, inclusive, condições de negociar.

Entretanto, as gestões dos governos da Bahia não se dispuseram a discutir o pleito para a maioria dos servidores. Com o passar dos anos, em 2002, os magistrados do Tribunal de Justiça negociaram as suas pendências, o que foi imediatamente estendido para os Conselheiros do Tribunal de Contas, por face da isonomia com

desembargadores. O mesmo tratamento foi dado aos membros do Ministério Público e aos parlamentares da Assembleia Legislativa. No bojo dos beneficiados, receberam, também, os demais servidores do TCE e da ALBA. Em 2006, os serventuários da Justiça, após a conquista de decisão judicial favorável e intenso processo de mobilização e greve, negociaram com a equipe de transição do então governo eleito.

Dessa forma, apenas os servidores do executivo ficaram excluídos de um direito que é de todos.

A implantação do Sistema Estadual de Negociação Permanente (SENP) surgiu como oportunidade de se negociar o assunto. O item constava na pauta de reivindicações da AFPEB e da FETRAB, e fez-se sempre presente nas discussões do SENP. Iniciaram-se os debates. Valores foram divulgados, ganhou-se repercussão nos diversos seguimentos, enquanto o governo não avançava. Os trabalhadores do executivo elegeram a URV como uma das bandeiras norteadoras da campanha salarial, ávidos por justiça de igualdade e de direito. Assim, nasce o Movimento pela Negociação da URV, liderado pela AFPEB, FETRAB e demais entidades.